

Impacto dos sistemas técnico-científicos globais na territorialidade cerratense quilombola e às socioflorestas

Juzânia Oliveira da Silva Brandão¹
Fernando Luiz Araújo Sobrinho²

Resumo: A relação simbólico-afetiva com o território, constituinte de territorialidades, compõe um habitus ético próprio que assimila autonomia no que se refere aos povos originários e tradicionais latino-americanos. Intenciona-se refletir sobre os impactos dos sistemas técnico-científicos globais sobre a territorialidade dos sujeitos tradicionais cerratenses que compõem as socioflorestas deste bioma. Parte-se de resultados parciais, via pesquisa qualitativa, tendo como objeto empírico o Quilombo Buraquinhos, Chapada Gaúcha, Minas Gerais, Brasil. Primeiro contato com a comunidade analisada, obtendo-se fotografias da paisagem e diálogos informais com os moradores, a fim de compor processos metodológicos para estudo de caso futuro. Desdobra-se o conceito de território mais adequado a essa realidade e constrói-se diálogo entre a Dimensão histórico-temporal miltoniana e três princípios da Teoria da Complexidade. Através da retomada da essência localizada latino-americana, sociobiodiversa, ciente de si, pode-se alcançar responsabilidades e solidariedade na religação indivíduo-sociedade e indivíduo-natureza, a despertar a consciência moral, do local ao planetário.

Palavras-chave: território; sistemas técnico-científico; comunidade quilombola; bioma Cerrado.

Impacto de los sistemas técnico-científicos globales en la territorialidad de los quilombolas cerratenses y en los sociobosques

Resumen: La relación simbólico-afectiva con el territorio, constitutiva de las territorialidades, conforma un habitus ético propio de los pueblos originarios y tradicionales latinoamericanos. Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los impactos de los sistemas técnico-científicos globales en la territorialidad de los pueblos tradicionales del Cerrado que forman parte del concepto de sociobosque presente en este bioma. Se basa en resultados parciales obtenidos a través de una investigación cualitativa, cuyo objeto empírico es Quilombo Buraquinhos, Chapada Gaúcha, Minas Gerais, Brasil. Se realizó un primer contacto con la comunidad analizada, tomando fotografías del paisaje y manteniendo diálogos informales con los residentes, con el fin de desarrollar procesos metodológicos para futuros estudios de caso. Se desglosa el concepto de territorio más adecuado a esta realidad y se construye un diálogo entre la dimensión histórico-temporal miltoniana y tres principios de la Teoría de la Complejidad. A través de la reanudación de la esencia localizada latinoamericana, sociobiodiversa, autoconsciente, se fomenta la responsabilidad y la solidaridad en la reconexión individuo-sociedad, individuo-naturaleza, despertando la conciencia moral, desde lo local hasta lo planetario.

Palabras-clave: territorio; sistemas técnico-científicos; comunidad quilombola; bioma del Cerrado.

Impact of global scientific-technical systems on Cerratense quilombola territoriality and socioforests

Abstract: The symbolic-affective relationship with the territory, which constitutes territorialities, makes up an ethical habitus that is specific to Latin American native and traditional peoples. This study aims to reflect on the impact of global technical-scientific systems on the territoriality of the traditional people of Cerrado who are part of the concept of socio-forestry present in this biome. The research is based on partial results from qualitative research, with Quilombo Buraquinhos, Chapada Gaúcha, Minas Gerais, Brazil, as the empirical object. Initial contact was made with the community analysed, taking photographs of the landscape and informal conversations with residents, in order to develop methodological processes for future case studies. The concept of territory most appropriate to this reality is explored, and a dialogue is built between the Miltonian historical-temporal dimension and three principles of the Complexity Theory. By recovering the localized essence of Latin America, which is socio-biodiverse and self-aware, it fosters responsibility and solidarity in the individual-society, individual-nature reconnection, awakening moral consciousness from the local to the planetary level.

Keywords: territory; technical-scientific systems; quilombola community; Cerrado biome.



Como citar este artigo: Brandão, J. & Araújo Sobrinho, F. (2025). Impacto dos sistemas técnico-científicos globais na territorialidade cerratense quilombola e às socioflorestas. *PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, 8(15), e54551. <https://doi.org/10.26512/patryter.v8i15.54551>

Recebido: 23 de julho de 2024. **Aceito:** 14 de outubro de 2024. **Publicado:** 16 de novembro de 2024.

¹ Doutorado, PPGEA/Universidade de Brasília (UnB), Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2404-5153>. E-mail: juzaniabrandao@gmail.com.

² Professor do PPGEA/Universidade de Brasília (UnB), Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1815-8677>. E-mail: flasobrinho@unb.br.

1. Introduçãoⁱ

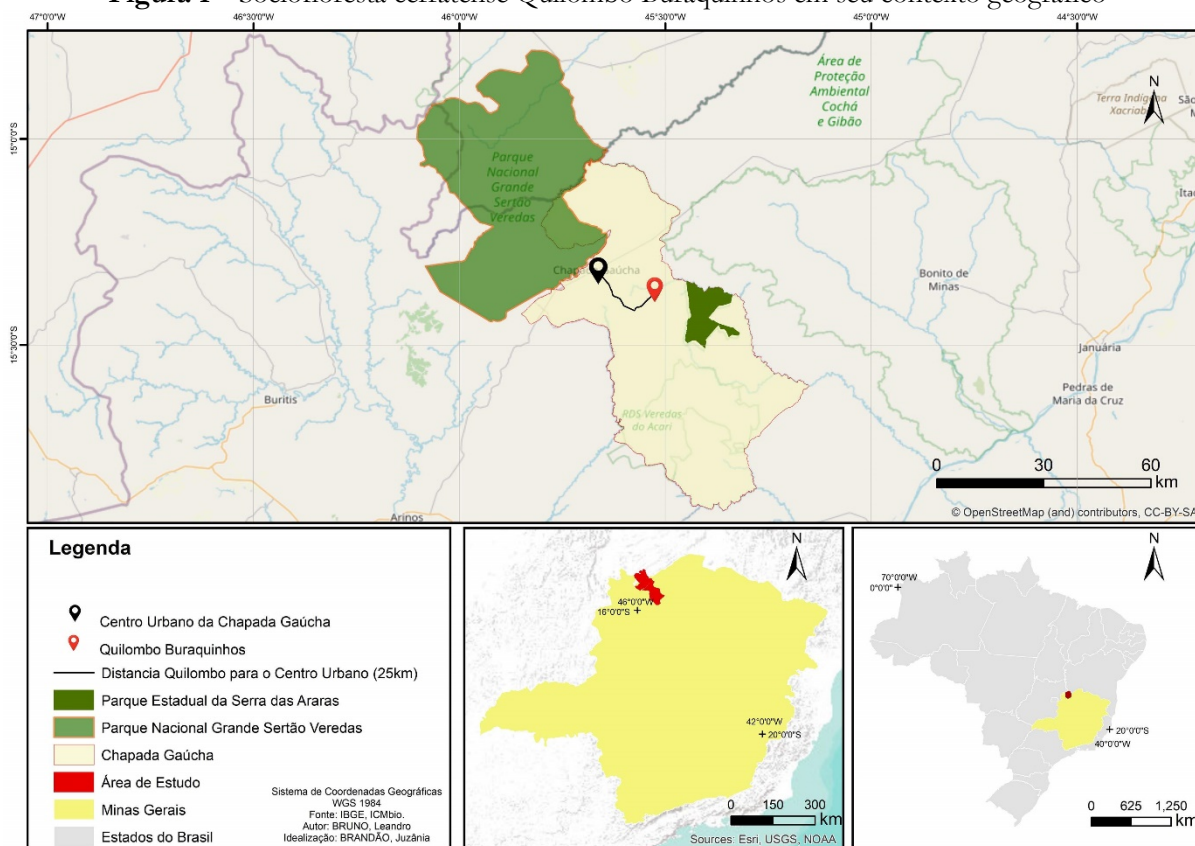
As socioflorestas (Furlan, 2006) ganham um contexto diferenciado neste início de século XXI, justificado pela necessidade de romper com os fracassos e consequências desastrosas da ilusão de progresso garantido e religar o progresso ético enraizado na gnosiologia social coletiva, singular e múltipla. Consciência intelectual e moral que assimila autonomia e responsabilidade, em especial, tendo como referência os povos originários e tradicionais dos países latino-americanos.

Tem-se, na forma expressa, dois objetivos fundantes: (a) incitar a reflexão sobre o papel das socioflorestas, conjunto em simbiose entre sujeitos que compõem populações tradicionais (Brasil, 2007) e o meio biótico e biocenótico que estão inseridas, a desempenhar ações e sistemas de (re)produção que se inserem no contexto da complexa consciência planetária (Morin, 2003), ou melhor, de Ser no mundo e de Estar no mundo (Santos, 2006); e (b) exprimir a significância da manutenção de populações tradicionais, através de pesquisa bibliográfica, constituindo territórios (Haesbaert,

2007, 2020; Santos, 2023; Santos & Silveira, 2001; Deleuze & Guattari, 1997) de existências múltiplas, também conceituados por socioflorestas, onde a relação entre o sujeito, individual e coletivo, e o território circundante se institui como essência de ambos, em co-(re)produção simultânea, ou seja, comunidades locais com um vasto (re)conhecimento sobre a biodiversidade dos biomas em que estão inseridas.

A problemática aqui abordada tratará sobre os desafios a que estão expostas as socioflorestas, em especial, sua territorialidade frente aos sistemas técnico-científicos globais (Santos, 1996), altamente especializados, que tendem a superpor o território a irromper a composição orgânica e as solidariedades horizontais dele decorrentes. Para isso, divide-se o texto, além de introdução e referências, nos seguintes subtópicos: Território - por uma concepção essencial às socioflorestas; Bioma Cerrado e os sujeitos cerratenses; A Ecodimensão das socioflorestas: sociobiodiversidade do quilombo Buraquinhos; A complexa Natureza dos povos originários e comunidades tradicionais; e Considerações finais.

Figura 1 – Sociofloresta cerratense Quilombo Buraquinhos em seu contexto geográfico



Fonte: Elaboração própria (2024).

Serão apresentados resultados ainda parciais de uma primeira aproximação, estudo de caso, com o objeto de estudo - Quilombo Buraquinhos em Chapada Gaúcha, Minas Gerais, Brasil (figura 1) - via pesquisa qualitativa e pesquisa documental. Essa primeira visita a campo, realizada em setembro de 2022, teve como propósito registros fotográficos da paisagem, diálogos informais e estabelecimento de contatos para uma futura pesquisa mais apurada.

Grupo social este que ainda resguarda parte elementar do ecossistema cerratense por meio da territorialidade, de sua expressão cultural e saberes tradicionais, (re)existência que, tal qual em Furlan (2006), insere-se no contexto de socioflorestas, vivendo em prol da conservação da sua área de proteção natural, pois os mesmos dependem diretamente deste complexo meio natural para sua sobrevivência.

Como resultado, aproxima-se de interpretações e metodologias próprias para um futuro aprofundamento do estudo de caso e novas obtenções de dados a interpretar essa realidade tão singular diante do contexto, ora local, ora global.

2. Território: por uma concepção essencial às socioflorestas

A manutenção da diversidade genética de ecossistemas são a base da *gnosis* presente nas populações tradicionais e povos originários, instituída pela relação sujeito-território-sujeito, ou seja, em sua forma recursiva e dialógica, sujeito que se faz (no) território. Este, que se faz sujeito por emanar a importância de constituir o direito legal, constitucional, ao coletivo de sujeitos desses grupos sociais.

Enfoque relacional aproximado com o apresentado por Haesbaert (2020, p. 76): “(...) na América Latina o território é lido frequentemente no diálogo com os movimentos sociais, suas identidades e seu uso como instrumento de luta e de transformação social”. Aqui, esse autor toma por discussão inicial a concepção de “corpo-território” e de “território-corpo”, presente em Cruz Hernández (2017, pp.43-44).

Considero que la invitación que deja la propuesta cuerpo-territorio es mirar a los cuerpos como territorios vivos e históricos que aluden a una interpretación cosmogónica y política donde en él habitan nuestras heridas, memorias, saberes, deseos, sueños individuales y comunes y a su vez, invita a mirar a los territorios como cuerpos sociales que están integrados a la red de la vida y por tanto, nuestra relación hacia con ellos debe ser concebida

como ‘acontecimiento ético’ entendido como una irrupción frente a lo ‘otro’ donde la posibilidad de contrato, dominación y poder no tienen cabida. Donde existe la acogida comprendida como la co-responsabilidad y la única propuesta viable para mirar el territorio y entonces para mirarnos a nosotras-nosotros-nosotros mismos.

Aqui, propõe-se romper com a ideologia preservacionista estéril, em que a presença humana, independente da relação espaço-temporal ali constituída, é sempre uma ameaça. Em contraponto, ressalta-se potência do território compartilhado, este que também se faz lugar que, conforme Santos (2023, p. 143), é sede da “resistência da sociedade civil”. A ser imprescindível rever a realidade a partir de dentro, desse território usado, a interrogar a própria constituição deste uso no momento histórico a seguir a tendência atual de enfrentamento diante das uniões verticais - “(...) trazem desordem às regiões onde se instalam porque a ordem que criam é em seu próprio, exclusivo e egoístico benefício” (Santos, 2023, p. 144) - e horizontais – a ser ampliadas a partir das novas formas de produção e consumo. Fortalecendo assim, essas formas de “sociedade territorial”, como destacado pelo mesmo autor, a fim de restaurar a dignidade coletiva.

Entende-se que mesmo com atuação localizada, as ações das socioflorestas podem e devem ser reproduzidas como guia de interpretação e comportamento em uma escala global, padrão ético social localizado, frente aos desafios impostos pela lógica global de “desenvolvimento” a qualquer custo.

Sem esquecer de desafios outros, como exemplo, a situação contemporânea de emergência climática, resultado de ausências outras decorrentes, não podendo ser analisadas de forma descontextualizada, fragmentária. Pensar em mudanças climáticas é apenas um fragmento da situação de “um mundo de homens sem laços” que conforme Mbembe caracteriza-se da seguinte forma:

O homem doente era o homem sem família, sem amor, sem relações humanas e sem comunhão com uma comunidade. Estava privado da possibilidade de um encontro autêntico com outros homens, com os quais ele não partilhava, a priori, laços de descendência ou de origem (...). Este mundo de homens sem laços (ou de homens que aspiram a não estar perto de outros), é ainda o nosso, ainda que sempre sob novas configurações. (Mbembe, 2017, p. 14)

Aqui também compreendido por sujeitos “sem territórios”, onde o âmagos centra-se no próprio conceito de território, abordado a partir de Haesbaert (2007), sintetiza três vertentes que chamará de “básicas”, referentes as noções de território, já utilizadas em campos diferentes do conhecimento:

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (Haesbaert, 2007, p. 41)

Após uma longa incursão sobre o conceito de Território, situados nos mais diferentes campos de análise, Haesbaert (2007, p. 20) aponta que a origem de território faz-se na dupla conotação entre o material e o simbólico, entre “terra-territorium” e “terreo-territor”, trazendo em si “a dominação (jurídico-política) da terra e com inspiração do terror, do medo” em especial, para aqueles que “ficam alijados da terra, ou no ‘territorium’ são impedidos de entrar”. Simultaneamente, em lado oposto, “para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’”. Detendo assim, o conceito de território um duplo poder, seja vinculado sentido de dominação (explícito), associado a funcionalidade, seja no sentido simbólico, de apropriação (implícito), a carregar marcas, assinaturas do que é vivido.

O conceito de Território é abrangente, aqui é vinculada a extensão de categoria geográfica miltoniana, Território Usado (Santos & Silveira, 2001), que abriga em seu cerne a designação de Territorialidade, sinônimo de pertencer, aquilo que carrega consigo o sentimento de pertencimento, de exclusividade e de limite que ultrapassa a

humanidade e prescinde da presença, existência do Estado.

Logo, a territorialidade é compreendida como área de vivência e reprodução, onde o “território usado”, necessita de um esforço a analisar sistematicamente essa mesma constituição de determinado território. Aqui, faz-se necessário também a compreensão e determinação da “periodização”, uma vez que diferentes momentos históricos interseccionam o território em distintos períodos.

Por mais que esse conceito permeie e extrapole a interdisciplinaridade, valendo-se de objeto de estudo em diferentes campos do conhecimento, faz-se necessário superar a abordagem hierárquica de controle político-administrativo, material-funcional, centrado em toda uma construção ideológica fragmentária que busca esterilizar esse conceito ou interpretá-lo de maneira simplista.

O “território usado” será a guia master em todas as menções de território que também assume a perspectiva simbólico-afetiva como em Haesbaert. Assim, chega-se ao seguinte modelo interpretativo (figura 2) de Território para o andamento dessa pesquisa em particular.

Rompe-se com esse estratagema infecunda conceitual e aproxima-se da interpretação antrópica Biocêntrica, por muito tempo silenciada, mas que se fundamenta na compreensão basilar em que o Território se constitui das relações e interações simbólico-afetivas que sugerem, a partir de experiências anteriores, incorporações e retorno à trajetória ancestral, aquele meio detentor de signos, significados e significantes a continuidade da vida.

No que tange a relação identidade quilombola e direito ao território, Helena Creston (2020) infere que o processo necessário ao direito do território está respaldado em legislação específica através da questão genérica da identidade, da autodeclaração ou do autorreconhecimento, situação essa que recorre a prática burocrática e tecnicista imposta a partir de instituições externas aos sujeitos ali territorializados.

Esse Território que é suporte vital, faz-se autônomo e auto-organizador, permite interações complexas diante da cosmovisão interpretativa antropológica, fundamentada na perspectiva integrada biocêntrica que possibilita a (re)existência de multi-trans-territorialidades.

Formação conceitual que se contrapõe a concepção artificial anômala que interpreta esse suporte vital como, somente, fonte de recursos e engessado em uma possível funcionalidade, aparato prático-político subsidiado na fragmentação, simplificação, constituidoras de discursos

competentes que, por vezes, des-re-territorializa a fim de impor hierarquias e diferenciar condutas no âmbito de produzir e reproduzir dominação, logo, poder.

O território comporta tanto a unidade, quanto a diversidade, produzindo sistemas técnicos muito específicos que definem a repartição do trabalho interferindo no processo social ali presente, produzindo herança, tecnologias sociais centradas na experiência do coletivo de sujeitos territorializados.

Como forma de complemento as teorias anteriores, quanto ao conceito de Território, podemos ampliar a concepção a partir de uma outra interpretação, a de Deleuze e Guattari (1997, p. 105):

O território é de fato um ato, que afeta os meios e os ritmos, que os "territorializa". O território é o produto de uma territorialização dos meios e dos ritmos. [...] Ele tem uma zona interior de domicílio ou de abrigo, uma zona exterior de domínio, limites ou membranas mais ou menos retrateis, zonas intermediárias ou até neutralizadas, reservas ou anexos energéticos. Ele é essencialmente marcado por "índices", e esses índices são pegos de componentes de todos os meios: materiais, produtos orgânicos, estados de membrana ou de pele, fontes de energia, condensados percepção-ação.

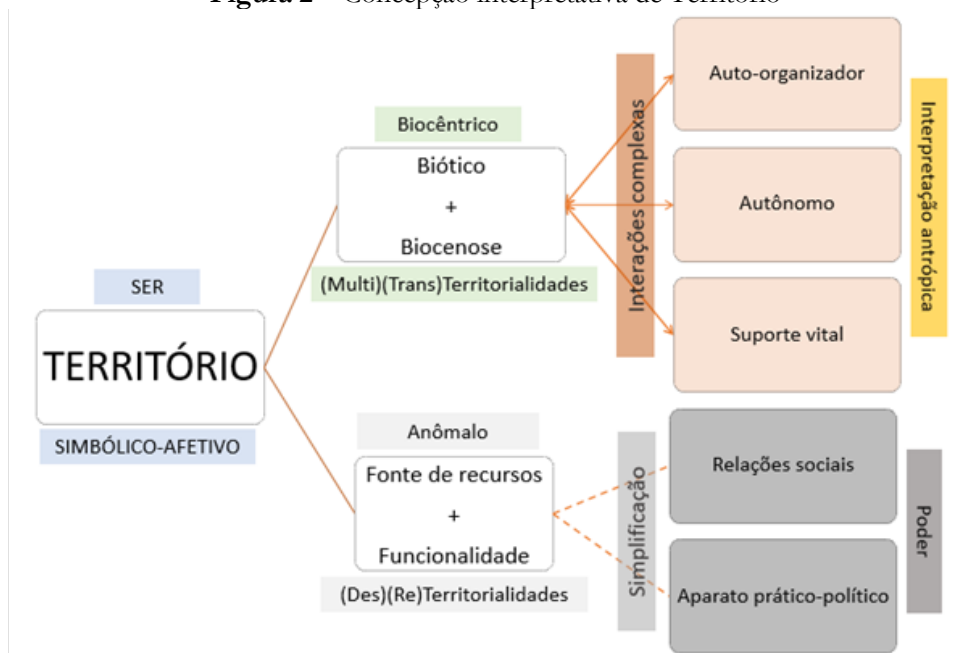
É no abrigo interior que situamos o objeto empírico aqui estudado, já em sua zona externa podemos alocar toda pressão de um influente sistema técnico-científico global, subordinado ao

capital internacional, o agronegócio com seus invólucros neurolépticos, destruidor de qualquer singularidade pré-existente, esterilizador de ecossistemas.

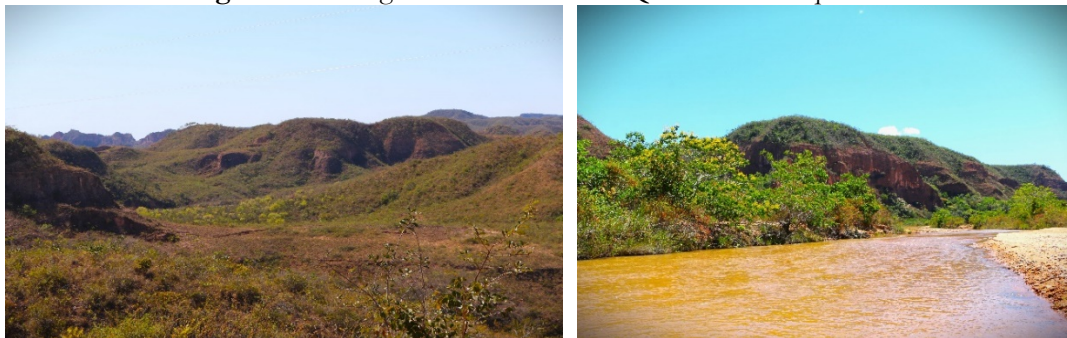
A partir deste contexto, torna-se imprescindível fortalecer sistemas como as sociofloresta além de realizar a identificação de populações rurais que habitam essas áreas de floresta, ou estão situadas em suas bordas. A fim de caracterizar quais seriam as atividades potentes ao manejo sustentável que estejam vinculadas a produção alimentar ou de extrativismo de matéria-prima que visem auxiliar e mobilizar a implementação de grupos associativos locais. Tal qual as populações originárias ou tradicionais, no caso específico desta pesquisa, população quilombola.

Furlan (2006) se utiliza do conceito de sociofloresta como sendo florestas que tem seu manejo realizado pelas populações rurais, ou tradicionais, particularmente em territórios indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, entre outras. Esses "povos da tradição" estão, comumente, a margem de políticas públicas favoráveis, mesmo sendo protagonistas de práticas sustentáveis que promovem a conservação do ambiente natural. Situação oposta a implementação de Unidades de Conservação estritamente ambiental, zonas de verdadeiros "vazios" sem nenhuma relação com grupos sociais territorializados, muitas vezes excludente de populações tradicionais ou povos originários.

Figura 2 – Concepção interpretativa de Território



Fonte: Elaboração própria a partir de Haesbaert (2007, 2020), Santos e Silveira (2001), Deleuze e Guattari (1997), Morin (2003, 2015a, 2015b, 2016).

Figura 3 – Paisagens na Sociofloresta Quilombo Buraquinhos

Fonte: Fotografias da autora, setembro de 2022.

A sociofloresta cerratense que abriga o Quilombo Buraquinhos (figura 3) caracteriza-se como corredor ecológico que liga duas unidades de conservação, uma na tutela do governo federal, Parque Nacional Grande Sertão Veredas, e a outra sob proteção do estado de Minas Gerais, Parque Estadual Serra das Araras. Essa sociofloresta mantém um frágil sistema natural que sobrevive devido sua localização em uma região de paisagens acidentadas, com relevos ondulados, fator não atrativo ao agronegócio que prefere se instalar em regiões quase planas, o que facilita a utilização de maquinário agrícola na manipulação do solo, plantio e colheita.

Assim, abordaremos socioflorestas como espaços naturais que mantêm um sistema sociobiodiverso em equilíbrio, tal qual em sintonia com Morin (2003, p. 27), constituindo um conjunto de “interações entre populações vivas no seio de uma determinada unidade geofísica”, a constituir uma “unidade complexa de caráter organizador”, tratada na Ecologia como um ecossistema. Ou seja, construiu-se aqui, uma perspectiva onde o grupo social insere-se nesse conjunto de populações vivas, este por sua vez, abriga-se na unidade elementar geofísica do território, detentor de características singulares, a compor uma unidade primordial complexa, parte representativa de um todo.

Esse é um exercício que somente se faz possível a luz da Teoria da Complexidade, a fim de abordar e correlacionar, ler esse contexto geográfico e interpretá-lo a partir de três princípios de Morin (2003, pp. 93-95):

- i. *o Princípio Dialógico – une princípios e/ou noções que “deviam excluir-se reciprocamente, mas são indissociáveis em uma mesma realidade” – dialógica ordem/desordem/organização;*
- ii. *o Princípio Hologramático - evidencia o “aparente paradoxo das organizações complexas”, “cada célula é uma parte de um*

todo – o organismo global –, mas também o todo está na parte”;

- iii. *o Princípio da Autonomia/dependência (auto-organização) - interpreta os seres vivos como seres auto-organizadores, em constante autoprodução, despendendo “energia para manter sua autonomia”.*

Essas três diretivas, interdependentes e complementares, possibilitarão a conexão entre a teoria e a empiria, construindo um diálogo entre ambas, em especial, na representatividade e potência do objeto empírico a contribuir com a tomada de consciência, do particular ao coletivo, talvez o maior desafio deste início de milênio composto por individualidades acentuadas.

Assim, sabe-se que a permanência dessas populações territorializadas, comunidades locais, em seu lugar de origem, vai muito além de uma simples localização, perpassa pelo simbólico, pelo espiritual, pela relação que cria memórias e deixa assinaturas dessas comunidades em seus territórios e vice-versa, representando toda a experiência de existência que esses sujeitos têm como referencial de vida.

3. Bioma Cerrado e os sujeitos cerratenses

É uníssono a importância dos biomas para equilíbrio e manutenção das múltiplas formas de vida no planeta. Porém, com a evocação contemporânea de produção e reprodução do capital e suas diversas especificidades, a destacar a observação atenta de Porto-Gonçalvez (2012), dá-se a impressão de que os sistemas coletivos foram pulverizados e substituídos por anomalias que enaltecem a individualidade, resultados facilmente identificados em nossa sociedade, em especial, no que tange ao comportamento humano dos sujeitos urbanizados.

A afirmação de Marx de que ‘o capital não tem pátria’ parece se realizar de um modo ainda mais

perverso, posto que não sendo o capital simplesmente dinheiro mas, sim, uma relação social, sua desterritorialização generalizada implica desterritorializar homens e mulheres que têm casas, famílias, parentes e, embora possam (e devam) se deslocar, não o fazem necessariamente com as mesmas motivações que movem a burguesia. O território torna-se uma questão central, vê-se. (Porto-Gonçalves, 2012, pp. 36-37)

Poucos são os grupos sociais que ainda destoam dessa perspectiva e reconhecem a importância desses sistemas de vida, ecossistemas, talvez, em um primeiro momento, no que se refere a sua própria existência, mas que ganham uma escala planetária por serem ainda resistência, mantendo e preservando as partes que lhes são abrigo.

Esses são os grupos sociais, reconhecidos aqui por sociofloresta, povos e populações tradicionais ou originárias, que integrarão sistemas sociobiodiversos, ou seja, grupos sociais, em sua maioria rurais, que resguardam o que a Convenção sobre Diversidade Biológica (Brasil, 2000, p. 9) definiu por diversidade biológica: “variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte” compreendendo ainda a diversidade de espécies e de ecossistemas.

Assume-se aqui as expressões como sinônimas, populações e comunidades tradicionais, inserindo-se nessa envergadura conceitual os povos originários, sujeitos que estão na centralidade dessa definição. Para tal conceituação, parte-se da descrição contida no Decreto nº 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, a compreender que o reconhecimento e institucionalização do direito, na esfera política federal nacional, impõe uma outra visibilidade a esses grupos sociais essenciais.

Desta forma, o artigo terceiro institui:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de

forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas[...] e III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. (Brasil, 2007)

A partir disso, a sociobiodiversidade se estabelece como uma co-relação que envolve grupos sociais em interação de (auto)preservação com o meio em que estão inseridos, esse meio que se faz morada, que territorializa, *duo* concebido como sociofloresta.

Por tratar sobre socioflorestas cerratenses, é imperativo recordar que este bioma se encontra localizado na área *core* do Brasil, interagindo com outros biomas nacionais: Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica e Pantanal. Sua localização privilegiada representa uma complexidade de sistemas em interação, moldando-se de forma específica, a gerar um potencial único na composição biodiversa do Cerrado. Atributos esses, muitas vezes, na penumbra do conhecimento acadêmico, mas muito presente nos sujeitos que territorializam esse bioma a gerações.

A ciência, limitando-se a racionalidade do norte global, fundamentada em pesquisadores e em teorias que sustentassem o objeto de análise com interesse que se firmam na ordem do capital, ignora aqueles que não conhecem os códigos científicos, conhecedores de um saber adquirido na empiria, o saber-fazer, não são agraciados com a glória e poder, como ressalta Porto-Gonçalves (2014, p. 161):

(...) todo grupo social, quando produz o seu alimento, está se valendo, quando não gerando conhecimento, um conhecimento que está no fazer. O pescador pode não saber dissertar sobre a pesca, mas ele sabe pescar. Então, o fazer pesca implica em saber pescar. O saber está no fazer. Por vezes, essas experiências se confundem entre nós. Pode-se escrever sobre a pesca – por exemplo, produzir-se uma tese sobre a pesca - e não se saber pescar. Não há um problema intrínseco nisso, mas o que ocorre é que normalmente se desqualifica aquele que sabe fazer, como se esse fosse um saber menor. Por que? Porque há na base dessa questão uma relação de poder. A desqualificação é uma forma de fundamentar a colonização sobre mentes e corpos.

É imprescindível que a academia acolha esses grupos sociais tradicionais para, em parceria com estes entes, recebam sua contribuição intelectual biocêntrica. Um caso que pode servir de inspiração, parceria universidade e comunidades

tradicionais, faz-se no campus da Universidade de Brasília, o UnB Cerradoⁱⁱ. Instalada no centro da capital federal, essa instituição pública de ensino se ramifica ao município de Alto Paraíso, em Goiás, e constrói ali um espaço de diálogo e práticas com as populações tradicionais ali estabelecidas, com possibilidades diferenciadas de ingresso a instituição a esses grupos tradicionais.

Esse caso específico demonstra a mudança no “fazer acadêmico”, em especial no sul global, havendo uma inserção do conhecimento popular, comum, a ser ressignificado cientificamente a seguir uma estrutura formal metodológica. Desta forma, segmentam-se diversos campos científicos a formatar e dar validade a pesquisas junto a populações tradicionais, sujeitos com conhecimentos ancestrais que detêm saberes sobre o território que as abrigam, gnosologia social territorializada.

Em se tratando do Cerrado, podemos citar a relevância de manutenção e preservação das línguas nativas e dos demais ecossistemas onde estas populações estão inseridas, pois o aumento exponencial de desmatamentos e inserção de sistemas produtivos exóticos afetam, significativamente, a cultura dos grupos tradicionais.

Com crescente perda de cobertura vegetal, associado ao aquecimento global e ideologias negacionistas sobre o impacto das ações antrópicas a biocenose do planeta, é perceptível a constante diminuição da biodiversidade nos ecossistemas. E isso não é diferente no contexto brasileiro, principalmente na chancela que se é dada, pela via da inércia, das instituições governamentais nacionais, complexo emaranhado político que dispõe o setor público aos interesses do setor privado.

Fato se comprova pelo descaso de políticas e ações dirigidas a conservação do Cerrado, imperando o avanço do agronegócio, da mineração,

da instalação de empresas – nacionais e estrangeiras – sem nenhum comprometimento com a sociobiodiversidade na região central do país. Assistimos, passivos, a implicação de severas consequências que recaem sobre as sociedades globais, em especial, as que se encontram em situação mais fragilizada, povos e populações tradicionais e originárias, neste caso específico, as cerratenses: indígenas, quilombolas, geraizeiros, varzeiros, dentre outras denominações. Reexistências que detêm o conhecimento sobre plantas nativas do Cerrado e reconhecem o seu uso adequado:

- a) dos frutos: período de maturação, grau de toxicidade, estação do ano que floresce e frutifica, tipo de semente e dispersão, entre outras;
- b) das folhas: nova ou mais envelhecida, fresca ou seca, dentre outras;
- c) das cascas: o momento mais adequado para retirada, formas de conserva, dentre outras.
- d) das raízes: uso medicinal, modo de preparo e conservação, dentre outras.

Plantas nativas do Cerrado (figura 4) têm usos múltiplos na cultura do sujeito cerratense, em especial, de uso nutricional e medicinal. Uma árvore característica e representativa deste bioma é o Pequiizeiro, fruto e castanhas muito apreciados em pratos tradicionais. Um outro vegetal bastante utilizado por suas propriedades medicinais é a Arnica de uso tópico com ação anti-inflamatória. Assim, ressaltar e reconhecer os saberes é, também, um reconhecimento mútuo desses povos diante toda a sociedade global. O diverso é percebido como dádiva, como possibilidades infinitas de respostas, a fim de alinhar conhecimentos, técnicas e tecnologias sociais múltiplas.

Figura 4 – Plantas nativas do Cerrado de uso tradicional



Fonte: Fotografias da autora, setembro de 2022 (Pequiizeiro e Arnica).

É importante frisar que o tipo de planta está associado, diretamente, a um tipo de solo, sob a influência de um determinado clima, logo, cada planta, mesmo inserida em um sistema biótico, necessita de uma circunstância própria para sua produção, reprodução, desenvolvimento. Para conhecer seu ciclo e características específicas é necessário tempo, muita observação, uma relação próxima com esse ambiente, por vezes, períodos que se confundem com a própria existência do sujeito, da botânica local.

O conhecimento obtido pelos povos e comunidades das socioflorestas, localizado, é inerente a vida humana e tem forte sincronismo com a relação social associado a uma dimensão territorial do sujeito observador ou experiencial. Apesar da ciência tradicional, inicialmente, ter excluído ou ignorado o conhecimento gestado no senso comum, há de se conscientizar que aquele só existe a partir deste, situação que começa a ser estabelecida no âmago das academias.

Por mais que o senso comum não seja conduzido por metodologias científicas, ele está estruturado no ritual do cotidiano, em símbolos, signos, que geram múltiplos conhecimentos postos e expostos na empiria, no contato com os elementos que compõe o real. Informações que tecem registros na instância cognitiva, seja através de interesses próprios ou de necessidades, só sendo possível acessá-los através da escala local, sendo o global, nada mais, que a somatória reduzida de experiências localizadas.

A escolha de padrões exóticos, como o agronegócio, exclui outros padrões que não ele mesmo, a limitar e direcionar os interesses do discurso competente ali estabelecido que, conforme estabelecido por Chauí (1980, p. 7), configura-se como “aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado (estes termos agora se equivalem) porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem”.

Discursos esses também convertidos em uma representatividade que se instala como global, sendo imperativo silenciá-los, invalidá-los, como retóricas colonialistas e opressoras, a fim de estabelecer, o que Mbembe designou por uma “leitura regressiva” do presente que pressupõe o estatuto do discurso e caráter necessariamente regional, de conceitos regionais para dar conta do contexto efetivamente real do nosso território.

4. A Ecodimensão das socioflorestas: sociobiodiversidade do quilombo Buraquinhos

As socioflorestas, como fenômenos sociais em interação direta com o ambiente, compõem grande parcela do território brasileiro, sem mencionar o território latino-americano. Grupos sociais originalmente tradicionais que convivem em situações de equilíbrio com a biótica e biocenose do ambiente circundante. Suas ações compõem um certo nível de ética da responsabilidade com a complexidade do bioma, numa relação simbiótica em que sua sobrevivência, em especial a cultural, depende diretamente desse ambiente em que seus antepassados estiveram, assim como hoje, esses o estão.

Para se ter uma dimensão próxima a compreensão desse fenômeno, torna-se necessário transcender a racionalidade dominante do pensamento puramente abstrato, a fim de nos permitir à complexidade da interação que se faz complementar, por meio de sistemas auto-organizados, biocêntricos e, finalmente, em interconexão sistêmica das socioflorestas que interrelaciona a gnosiologia sociocultural una, de um grupo social originário ou tradicional, à pluralidade múltipla dos sistemas de vida planetários, reflexo direto da vida.

Diante disso, o contraditório se expõe em forma de sistemas técnico-científicos exógenos ao lugar, o que Santos (1996) denominou como marcações, signos típicos da fase histórica contemporânea:

(...) a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; características da economização da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializada; o frenesi de uma circulação tomada fator essencial de acumulação; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática. (Santos, 1996, p. 123).

É necessário considerar a ecodimensão dessa sociofloresta em seu contexto complexo, a passar pela compreensão do que faz tecido junto a ela:

Trata-se de procurar sempre as relações e inter-retroações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes: como uma modificação local repercute sobre o todo e como uma modificação do todo repercute sobre as partes. Trata-se, ao mesmo tempo, de reconhecer a unidade dentro do

diverso, o diverso dentro da unidade [...]. Enfim, um pensamento unificador abre-se de si mesmo para o contexto dos contextos: o contexto planetário. (Morin, 2003, p. 25).

A complexidade aqui presente abordará então a sociobiodiversidade, inerente a essa sociofloresta quilombola, frente aos sistemas técnico-científicos do agronegócio que se impõem em Chapada Gaúcha, Minas Gerais.

Já o conceito de “quilombo”, palavra “originária do idioma africano quimbunco, significa: sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupo étnicos desenraizados de suas comunidades.” (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos, 2024). Essa mesma instituição defini a noção de identidade quilombola:

A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação. (Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos, 2024)

Quilombos são grupos sociais de cultura afrobrasileira com uma trajetória de resistência, tal qual em Ilka Hostensky (2020, p. 193), tendo seu lócus “inicial, no passado, da materialização da resistência negra contra as atrocidades do sistema escravista”, mas que devem ser compreendidos não somente por seu histórico no passado, pois “fazem parte da vida contemporânea, com membros

atuantes na sociedade que buscam manter suas tradições e práticas”.

A diversidade cultural brasileira, muito deve em critérios de reconhecimento a esses grupos sociais por sua rica readaptação dos conhecimentos em terras nacionais. O quilombo Buraquinhos abriga hábitos de conservação e práticas de manejo sustentável na área que lhes foi designada. Ações que incluem desde plantio de alimentos para consumo próprio ao extrativismo de insumos, neste caso, do bioma Cerrado, como o uso do pequi, jatobá, buriti, araticum, cajuzinho dentre tantos outros frutos do Cerrado.

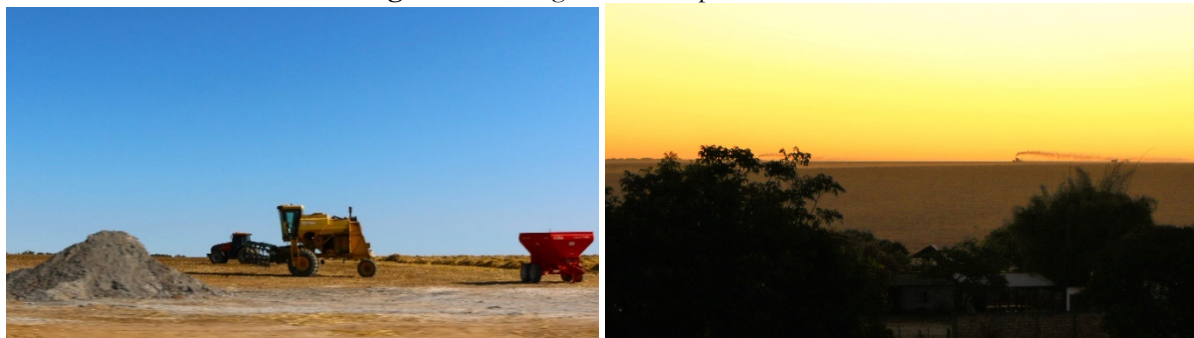
É comum o uso medicinal de cascas e folhas de um variado número de espécies endêmicas desse mesmo bioma. Aqui, através da agricultura familiar, há o plantio e manutenção de horta no quintal (figura 5) - contendo temperos e chás, como exemplo, a vinagreira, também conhecida como hibisco – e uma pequena roça de produção coletiva – frutas, grãos, tubérculos, em especial, a mandioca seja para consumo imediato, seja para consumo a longo prazo - processamento em farinha – além de criação de animais de pequeno porte. Tudo isso com mínima interferência no ecossistema local.

Nesta mesma região, exercendo forte pressão sociopolítico e econômica de ordem global, expande-se áreas de plantio de grãos para exportação, commodities, que impõe uma perversa relação com o território e os sujeitos do lugar. Um mero exemplo pode ser representado pelos períodos de ausência de produção, quase três meses de solo desprotegido sem nenhuma cobertura, interferindo diretamente nas condições ambientais e no substancial acréscimo de poeira suspensa no ar. No primeiro sinal de chuva, a poluição atmosférica se intensifica (figura 6) com as práticas de manipulação do solo, com químicos, juntamente com a fumaça do maquinário veicular ali empregadas.

Figura 5 – Quilombo Buraquinhos – agricultura familiar



Fonte: Fotografias da autora, setembro de 2022 (abelha Jatá na flor da vinagreira e processamento da mandioca em farinha).

Figura 6 – Paisagens em Chapada Gaúcha

Fonte: Fotografias da autora, setembro de 2022 (máquinas “corrigem” o solo para plantio e trator no horizonte manipula o terreno no período sem chuvas).

No arranjo fotográfico que segue (figura 7), representa-se um pouco dos contrastes presentes na região de estudo. A composição da região que envolve a área urbana de Chapada Gaúcha tem fortes traços da prática do agronegócio, empresas fornecedoras de serviços e produtos vinculadas a esse setor que demandam baixa complexidade de execução. Porém, para aqueles serviços e produtos que carecem de maior investimento - intelectual, tecnológico e/ou econômico - utilizam-se do emprego de agentes externos, principais utilizadores do único hotel existente no município.

Situação de contraste com o próprio perfil de habitantes do município, onde a única interação agente-externo *versus* habitante é estabelecida na relação hierárquica de dependência do segundo para

com o primeiro. Assim, constata-se, mais uma vez, a intencionalidade da criação de um território político, o município, para representar interesses de agentes exógenos e dormentes às necessidades dos que, realmente, habitam o lugar.

Implementa-se uma atmosfera de artificialidade na composição do urbano municipal, elementos que contrastam com a maioria das cidades mineiras do centro-sul do estado, diagnosticando um novo perfil de urbano que se expande, reprodução de contrastes políticos, religiosos, econômicos, impregnado no tecido social da “modernidade” e seus grandes deslocamentos éticos, decorrentes da noção moderna de sociedade que exalta a competitividade, a individualidade, as rivalidades e os antagonismos.

Figura 7 – A expressão do global e do local em Chapada Gaúcha

Fonte: Fotografias da autora, setembro de 2022 (sistemas técnico-científicos especializados *versus* sistemas locais de tecnologias sociais).

Contexto imposto na reconfiguração territorial de Chapada Gaúcha - situação que se expande a muitos outros municípios brasileiros - antes da instalação política desta municipalidade existiam ali grupos sociais outros que interpretavam e interpretam o território para além de sua funcionalidade anômala. Grupos que ainda hoje estão presentes nas “bordas” desse município, sendo cada vez mais exprimidos e cerceados pelo modo de produção que absorve e contamina o solo e os recursos hídricos, impactando diretamente no que restou da sociobiodiversidade ali existente

Frente a esse cenário, faz-se re-existência a comunidade tradicional quilombola, compreendida como sociofloresta cerratense, de Buraquinhos. Comunidade que preserva o Cerrado com ações de impacto mínimo, abrigo do Rio Pardo e toda biodiversidade associada a ele, afluente do Rio São Francisco. Aqui os sistemas embasados em tecnologias sociais está presente, por exemplo, no cultivo, na agricultura familiar, que segue o padrão da agroecologia na produção de: mandioca, milho, feijão, raízes, hortaliças e tubérculos.

No que tange as práticas culturais, o quilombo representa, principalmente, práticas associadas as festividades católicas, a exemplo da Folia dos Reis, ainda comum na região. A sociofloresta em questão compõe o território antes da instalação do município de Chapada Gaúcha e, posteriormente, da introdução do urbano municipal. Neste, estabelece-se uma forte presença de religiões cristãs não católicas. Organizações não governamentais, como institutos, vinculam-se a literatura de João Guimarães Rosa - Grande Sertão: Veredas - para mobilizar e fortalecer os grupos sociais locais, situados na zona rural de Chapada Gaúcha, movimento que inclui ações no quilombo.

O traço mais forte dessa sociofloresta é o caráter socioético que encontra-se em Buraquinhos. A exercer o que Morin (2017, p. 147) trata por “autoética” ou “ética da comunidade”, precedente e transcendente da solidariedade através de um interesse comum que “emerge na linguagem e na consciência das sociedades arcaicas; é cimentada, justificada pelo mito do ancestral comum, e o culto aos espíritos ou deuses une de maneira fraterna os seus membros”.

Elementos essenciais embora ausentes na sociedade globalizada atuais, uma sociedade altamente complexa que carece, imediatamente, de coesão, seja por meio de suas leis, nacionais e internacionais, com propósito de diminuir ou extinguir as injustiças, seja através da responsabilização e solidariedade, a permitir o civismo - essência sociopolítica da ética - a plenitude democrática - consciência e iniciativa cidadã.

Através da Teoria da Complexidade em interação com o espaço geográfico como método miltoniano, incorpora-se a empiria aqui analisada, sociofloresta quilombo Buraquinhos. Situação presente em povos originários e populações tradicionais. Assenta-se ao que Morin (2015a, p. 33) conceitua por Ecodimensão, constituindo-se a partir do conceito de OIKOS - habitat, movimento do meio ao ecossistema - abrigo e origem da Ecologia que compreende “a unidade de dupla textura oriunda da junção de *biótipo* (o meio geofísico) e de uma *biocenose* (conjunto das interações entre os seres vivos de todas as espécies que povoam o biótopo)”.

As socioflorestas compreendidas como pequenas comunidades tópicas, “unidades ecológicas”, também “tecem numerosas interações entre seres vivos; no topo, a biosfera, que reúne a totalidade da vida sobre a crosta terrestre”. Conjuntura de interações, cada qual a seu modo, essenciais que se fazem presentes na composição da sociofloresta em questão. Onde esse OIKOS extrapola os limites do território quilombola a relacionar-se com a dupla textura do Cerrado.

Implementa-se o que Morin (2016, pp. 72-76) designa por “Circuito do jogo das interações”, “princípio da organização pela desordem”, ou seja, organizar a partir da aparente ordem e da agitação, do fluxo dos contrários impostas no município de Chapada Gaúcha que geram a desordem, a fim de estabelecer interações de inter-relações organizacionais. Seleciona-se assim três princípios morinianos a engendrar uma nova ordem no infinito “jogo das interações e desordem”. Própria a interpretar a situação da sociofloresta quilombo Buraquinhos, cuja sua força de resistência confrontará, continuamente, as interações a ela fugitivas, destrutivas.

Diante disto, podemos constituir o diagrama teórico e interpretativo que segue (figura 8), utilizando-se do mesmo como uma unidade originária da totalidade, ou seja, interpretar esse sistema sociobiodiverso, uno complexo, múltiplo de percepções e signos próprios, a incorporar consciência planetária nas ações humanas, interrelacionando esses povos originários a três princípios da Complexidade, sistema espacial específico que, conforme Santos (1996, pp. 66-67), mantém um caráter individual, onde cada “lugar é, desse modo, em qualquer momento, um sistema espacial, não importa qual seja a idade de seus elementos”. Esse jogo de interações espaço-temporais também se aplica à “cada sistema geográfico” que “é sucedido por um outro, o qual recria sua coerência interna, ainda que cada variável

isolada experimente um processo de mudança com ritmo próprio”.

Entende-se que quanto mais complexa a sociedade global se torna, o todo, mais ela necessita de autoética territorializada e aqui, cada sociofloresta, uma parte, com abrangência local, tem potência para exercer o princípio Hologramático, onde “cada célula é uma parte de um todo - o organismo global -, mas o todo está na parte” (Morin, 2003, p. 94). A apresentar a totalidade da composição social global, a representar alternativas de informações para respostas localizadas. Como exemplo, pode-se citar a prática na produção alimentar agroecológica - cultivando multiespécies em um mesmo ambiente, sistema agroflorestal - e na reprodução de modelos sustentados nos sistemas da bioconstrução - materiais e técnicas sociais que reduzem o impacto sobre os recursos naturais disponíveis.

Singularidade e dinamismo preservam a essência onde as socioflorestas estão inseridas, cabendo assim a aplicação do princípio da Autonomia/dependência (Autoecoorganização), a ressaltar a pluralidade, a diversidade, de existências sociobiodiversas que precisam e devem ser mantidas, uma vez que são inteiramente dependentes de meio para dele obter energia, informação e organização. No tangente as sociedades humanas, essa autonomia é desenvolvida na dependência da cultura em que determinado grupo social está incorporado.

Por fim, incorpora-se o princípio Dialógico por unir princípios ou noções que, a primeira vista, poderia ser interpretadas como excludentes porém, através de uma perspectiva mais atenta, identifica-se

que são indissociáveis, pois ambos compartilham a mesma realidade em um diálogo ordem-desordem-organização.

Entende-se ser fundamental mobilizar os princípios em contexto interativo com a dimensão espaço-temporal que insere dinamismo no sistema espacial aqui analisado para, a partir deles, sintetizar o movimento interpretativo da simultaneidade ocasionado devido as sucessões e coexistências ali estabelecidas, em suas múltiplas escalas - unidade/totalidade, local/global.

Singularidades complexas que constituem as socioflorestas, como fenômenos sociais, expostas a contextos contraditórios e complementares - urbano/rural, território por seu caráter funcional/simbólico-afetivo - também se inserem em uma composição de autonomia/dependência com o meio que habitam.

Diante do proposto, abre-se a possibilidade de realizar a análise das socioflorestas a partir da leitura do território usado miltoniano e os princípios morinianos aqui expostos: Dialógico, Hologramático e Autonomia/Dependência - Autoecoorganização. Interação que busca abarcar o simultâneo, o complementar e o interdependente entre ações e objetos que compõe a ecodimensão das socioflorestas. Porém, que carece ainda de aprofundamento e apuração, de mais informações empíricas, a esta constatação, podendo possibilitar uma reconfiguração na representatividade teórica da dimensão histórico-temporal territorializada que, conforme Santos (1996), perpassa pelos eixos das sucessões e das coexistências.

Figura 8 – A complexidade representativa presente na sociofloresta Quilombo Buraquinhos



Fonte: Autoria própria a partir de Santos (1996) e Morin (2003, 2015a, 2015b, 2017).

Pensar em Socioflorestas a partir dos preceitos dos teóricos do sul global, também incorpora outras representações, como veremos a seguir, de forma mais ampliada, o de Natureza, conjunto que incorpora a humanidade, entendendo que, quanto mais consequências de ações danosas, maior a responsabilidade da humanidade diante do todo Natureza.

5. A complexa Natureza dos Povos originários e Comunidades Tradicionais

A ideia de domínio da natureza e a separação do humano como detentor de poderes sobre o meio natural, a partir das tecnologias baseadas na ciência, fez com que a interpretação das relações humano-natureza fosse alterada pelas ações do humano ‘sobre’ a natureza. Como se esta fosse uma mera fonte de recursos ao dispor das inovações técnico-científicas humanas, em especial, as desenvolvidas em solo colonizador. Tudo isso agravou mais ainda quando se ignorou os conhecimentos e técnicas sociais já desempenhadas, por décadas, séculos, em solos que viriam a ser colonizados.

Abordo aqui o tema da Natureza, essa com letra inicial maiúscula, por se tratar de sujeito de direitos. Sujeito esse já reconhecido pelas populações originárias, de concepção ecológica integral, orgânica, despida de senso hierárquico – outra mazela depreciativa herdada do colonizador. Concepção essa que reintegra o ser humano, dotado de múltiplas capacidades cognitivas, à Natureza, o todo complexo. A possuir a cosmovisão de que é a Natureza que sustenta todas as formas de vida, ela estaria no centro de toda formação primordial vital, ou seja, inserida na perspectiva biocêntrica.

Neste contexto, Acosta (2009) aponta como premissas fundamentais ao que se denomina “la democracia de la Tierra”:

Los derechos humanos individuales y colectivos, deben estar en armonía con los derechos de las otras comunidades naturales de la Tierra.

Los seres vivos tienen derecho a seguir sus propios procesos vitales.

La diversidad de la vida expresada en la Naturaleza es un valor en sí mismo.

Los ecosistemas tienen valores propios que son independientes de la utilidad para el ser humano. (Acosta, 2009, pp. 20-21)

Esse mesmo autor ainda ressalta que a proposta é recuperar a concepção de comunidade onde a Natureza é considerada como aquela que nos

gera, nutre e acolhe. Perspectiva que perpassa desde a cosmovisão dos povos originários a alcançar e manter o “Buen Vivir”, ou simplesmente, a “vida harmoniosa”, do ser humano consigo mesmo e com os parentes, também do ser humano em sua coletividade e com a Natureza. A estabelecer uma relação de respeito e de solidariedade.

Esse também será o enfoque dado por outros autores que colaboram com os editores Martínez e Maldonado (2019) que irão discutir os “Derechos de la Naturaleza” a partir de cosmovisões biocêntricas indígenas e de populações rurais tradicionais. A reivindicar a Natureza como sujeito de direito no âmbito normativo e jurisprudencial. Neste aspecto, o primeiro instrumento constituído coletivamente foi a Constituição do Equador de 2008 que abre o diálogo à formulação de novos elementos constitutivos norteadores a ação do Estado, em especial, no âmbito do poder legislativo nacional. Constando em seu teor, no Capítulo sétimo, os “Derechos de la naturaleza” com enfoque no bem viver comum:

Art. 71.- La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza la vida, tiene derecho a que se respete integralmente su existencia y el mantenimiento y regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos.

Toda persona, comunidad, pueblo o nacionalidad podrá exigir a la autoridad pública el cumplimiento de los derechos de la naturaleza. Para aplicar e interpretar estos derechos se observarán los principios establecidos en la Constitución, en lo que proceda.

El Estado incentivará a las personas naturales y jurídicas, y a los colectivos, para que protejan la naturaleza, y promoverá el respeto a todos los elementos que forman un ecosistema. (Ecuador, 2008)

Percebe-se aqui o propósito de reconhecer, nos povos originários territorializados ou deles descendentes, a legitimidade de direitos, uma vez que esses não se reconhecem em separado da própria concepção de Natureza.

A partir dessa experiência, amplia-se o debate sobre constituir direito legal a Natureza em outros países, principalmente, naqueles que compreendem a dimensão das ações humanas e respectivos efeitos no ambiente natural. Tudo isso em busca de uma ruptura na interpretação da Natureza como o “outro”, relação que retira, exclui, dela mesma o ser humano, em uma completa perspectiva antropocentrada, fruto de séculos de convenção da fragmentada razão científica que

também se fez colonial. Ser humano *versus* o não-ser humano, ou seja, ser humano *versus* natureza.

Nesta concepção a Natureza é tão somente um objeto a disposição do homem que se encontra em situação passiva. Contexto em que as linhas tênues territoriais são facilmente ultrapassadas pelo que se convencionou “capital”. Este, nada mais é que o oportunismo de poder ilimitado, aplicável em qualquer situação ou circunstância que os detentores do mesmo tenham algum interesse, gerando uma relação anômala, não-recíproca, com a Natureza, esteja essa em uma escala global ou local. Reflexos esses evidenciados pela progressiva deterioração dos coletivos vitais ecológicos, biocenoses, acelerado pelas intensas transformações decorrentes da civilização atual, detentora de recursos técnico-científicos fragmentados e simplistas.

No Brasil, apesar de haver sociedades biocêntricas, as mesmas não foram incluídas na produção, redação, da carta magna de direitos nacionais, a Constituição Federal. Sendo, em casos específicos, objeto desse direito, mas não autoras na formulação das leis.

O que se contrasta com países como Equador, Colômbia, Nova Zelândia que incorporam em sua norma jurídica a Natureza como um sistema de vida. Onde ressalta-se as interações bioculturais, seja de reciprocidade, seja de complementariedade, pautando um novo cenário no Direito Constitucional desses países, assim, têm-se como protagonistas no América Latina:

- a) Constituição do Equador (2008)ⁱⁱⁱ - reconhece a Natureza como sujeito de direito, fundamentando seu sistema jurídico no conceito baseado na cosmologia indígena andina do Sumak Kawsay, Viver plenamente, princípios que regem o “bem viver”; e
- b) Constituição da Bolívia (2009) - baseia-se nas cosmovisões Sumak Kawsay - Kichwa, Suma Qamana - Aymara - e Nandereko - Guarani.

Esses dois países possibilitam novos diálogos no que tange a institucionalização da Natureza como sujeito de direito, a inserir diretamente os sujeitos outros, partes desta mesma Natureza, potencializando ainda mais a ampliação da soberania e participação popular, em especial, os povos originários biocêntricos.

Sabe-se, há séculos, da desproporcionalidade entre recursos naturais *versus* autonomia, poucos foram os países que conseguiram equilibrar ambos. Em se tratando da situação brasileira, essa autonomia esbarra nas necessidades urgentes que atropelam qualquer dose homeopática de cidadania. Esta sim, precisa ser

exercida para, quem sabe no futuro (talvez utópico), ser discutida e implementada a situação da Natureza como sujeito de direito. Isso via povos originários e populações tradicionais territorializadas pois possuem *habitus* ecologizado, consciência localizada que se faz planetária, partes integrantes desse todo, Natureza, a possibilitar a continuidade das múltiplas formas de vida no planeta.

6. Considerações finais

A análise complexa desse objeto geográfico, territorializado a partir da perspectiva latino-americana, pode possibilitar a recuperação do que foi brutalmente negado pelo processo colonial e, com um salto de superação, reconstituir uma ciência baseada em técnicas, conhecimentos já desenvolvidos pelos coletivos de sujeitos originários e tradicionais.

Tal qual os sujeitos originários de inúmeras etnias que refutam serem designados por “índios” - um erro grosseiro que nasce na imprecisão do dominador colonialista - aqui também refutamos a categoria de patrimônio^{iv} para designar a cosmologia da gnosiologia dos povos originários. É urgente a necessidade de construir um novo conceito/categoria que possa representar a complexidade desses conhecimentos, surjam e transcendam a simplificação do opressor-objetificador, a ser exprimido do lugar para o mundo. Esse é o começo de um esforço epistêmico transgressor potente, por uma semiologia própria, a serem apresentados em uma próxima oportunidade.

Este estudo teve por intuito provocar e incitar a reflexão à Ciência Geográfica, em especial, a produção latino-americana, uma vez que precisamos nos apropriar dos nossos campos de estudos e interpretá-los a partir do lugar onde pisamos, incorporá-los e construir diálogos múltiplos, complexos, com a produção Geográfica mundial e com outras disciplinas.

Quando tratamos de Geografia em contexto com o tema dos povos e comunidades tradicionais, ainda há um desarranjo no que se refere a categorias ou conceitos que permitam interpretá-las a partir de um ponto de vista que consiga assimilar a potência desses grupos sociais originários, aparente desordem orgânica do modo de expressar a relação *sui generis* sujeito-território, incapaz de ser compreendida e assimilada pela simplicidade da racionalidade fragmentada contemporânea, esta que é vítima do capital em estado puro.

Aquilo que se discute, há anos, no contexto urbano sobre uso racional de recursos, sustentabilidade e outras práticas a preservação e

continuidade da vida no planeta, já são realidades incorporadas na essência das socioflorestas. Diante disto, torna-se imperativo a compreensão geográfica atenta dessas gnosiologias sociais, próprias e singulares, multiplicidade de expressões existenciais originárias latino-americanas.

Assim, na retomada da questão inicial, sobre o papel das socioflorestas para a produção e reprodução da consciência planetária, cabe a reflexão, esforço empírico-teórico de cada geógrafa ou geógrafo, diante de suas pesquisas lograrem suas próprias respostas. Pois acredita-se na amplitude epistemológica que essa questão pode reverberar, principalmente se incorporada aos múltiplos estudos da Ciência Geográfica Latino-americana.

Esta, pode sim abalar a gigantesca “Torre de Babel” arquitetada pela ciência do norte global, concebendo novos horizontes de respostas a partir da complexidade do local. Só por essa via, poderemos reestabelecer e religar o sentimento de identidade, de dever, de obrigação moral para com o outro, a fim de regenerar as fontes, raízes, de responsabilidade e solidariedade na relação indivíduo-sociedade, indivíduo-natureza no movimento do despertar da nossa consciência moral, em escala local, em escala planetária.

7. Contribuições dos autores:

Juzânia Oliveira da Silva Brandão: conceituação; metodologia; análise formal; investigação; escritura original, preparação do borrador; redação – revisão e edição; recursos; curadoria de dados; administração do projeto; aquisição de fundos.

Fernando Luiz Araújo Sobrinho: conceituação; análise formal; investigação; redação – revisão; recursos; curadoria de dados; administração do projeto; aquisição de fundos.

8. Referências bibliográficas

- Acosta, A. (2009). Los grandes cambios requieren de esfuerzos audaces: A manera de prólogo. In E. Martínez & A. Acosta (Eds.). *Derechos de la Naturaleza: El futuro es ahora*. Quito: Abya-Yala.
- Brasil. (2000). *Convenção Sobre a Diversidade Biológica*. Ministério do Meio Ambiente: Série Biodiversidade no. 1. Brasília. <https://www.gov.br/mma/pt-br/textoconvenoportugus.pdf>
- Brasil. (2007). *Decreto nº 6.040: Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/%

5C_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm

- Chauí, M. (1980). *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Ed. Moderna.
- Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos. (2024). *Terra e Território*. <https://conaq.org.br/coletivo/terra-e-territorio/>
- Creston, H. (2020). Terreiros e quilombos no Brasil, um louvor às resistências. *PatryTer*, 3(5), 113–128. <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i5.25354>
- Cruz Hernández, D. (2017). Una mirada muy otra a los territorios-cuerpos femeninos. *Solar*, 12(1), 35-46. <https://bepe.org.ar/biblioteca/items/show/332>
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 4. São Paulo: Editora 34. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6513254/mod_resource/content/1/Mil%20plato%CC%82s%20capitalismo%20e%20esquizofrenia%20Vol%204%20by%20Gilles%20Deleuze%20%28z-lib.org%29.pdf
- Ecuador. (2008). *Constitución de la Republica del Ecuador de 2008*. https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/constitucion_de_la_republica_del_ecuador.pdf
- Furlan, S. (2006). Florestas Culturais: Manejo sustentável, Territorialidades e Sustentabilidade. *Agrária*, 3, 3-15. <https://www.revistas.usp.br/agraria/articled/view/85/84>
- Haesbaert, R. (2007). Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, 9(17), 19-46. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>
- Haesbaert, R. (2020). Do corpo-território ao território-corpo (da terra). *GEOgraphia*, 22(48), 75-90. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2020.v22i48.a43100>
- Hostensky, I. (2020). Patrimônio-territorial de quilombos no Brasil: caso da Nação Xambá do Portão do Gelo - PE. *PatryTer*, 3(6), 185-201. <https://doi.org/10.26512/patryter.v3i6.26992>

- Martínez, E. & Maldonado, A. (2019). *Una década con Derechos de la Naturaleza*. Quito: Editorial Abya Yala.
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona.
- Morin, E. (2003). *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2015a). *O método 2: a vida da vida*. Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (2015b). *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (2016). *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina.
- Morin, E. (2017). *O método 6: ética*. Porto Alegre: Sulina.
- Porto-Gonçalves, C. (2014). Descolonizar o pensamento, condição para a sustentabilidade: diálogo com o Carlos Walter Porto-Gonçalves. *Sustentabilidade em Debate*, 5(3), 159-168. <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15658/13981>
- Porto-Gonçalves, C. (2012). *Reinvenção dos Territórios na América Latina / Abia Yala*. Universidad Nacional Autónoma de México: Instituto de Investigaciones Sociales. https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-carlos%20walter.pdf
- Santos, M. (2016). Entre resistir e re-existir: plurinacionalidade e Sumak Kawsay no Equador do Socialismo do Bem Viver. In *Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina*. São Paulo, Brasil: ECA/USP. http://sites.usp.br/prolam/iisimposio-internacional-pensar-e-repensar-america-latina_anais
- Santos, M. (1996). *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. (2006). *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, M. (2023). *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Santos, M. & Silveira, M. (2001). *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.

Notas

ⁱ Estudo financiado pela CAPES/Brasil.

ⁱⁱ Para mais informações, visitar: UnB Cerrado: <https://unbcerrado.unb.br/en/>

ⁱⁱⁱ Para uma leitura mais detalhada, ver Marina Ghirotto Santos (2016).

^{iv} Conceito, no sentido etimológico, refere-se ao que é herdado ou recebido do pai, tendo a figura paterna como central, como o detentor de poder sobre os demais familiares, ampliando assim o grau hierárquico centrado na figura masculina, abrindo divergência em muitas comunidades que se diferem, em especial, as de origem ameríndias e africanas.